UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA

RELATOS DE SILÊNCIOS

Um estudo etnográfico de relações abusivas e machistas no âmbito doméstico/familiar em Mamanguape - PB

RIO TINTO

Abril/2026

JOYCE SAMARA BIZERRIL PINTO DA SILVA

RELATOS DE SILÊNCIOS

Um estudo etnográfico de relações abusivas e machistas no âmbito doméstico/familiar em Mamanguape - PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba, em atendimento às exigências para obtenção do Grau de Bacharel em Antropologia.

Orientadora: Luciana Maria Ribeiro de Oliveira

RIO TINTO

Abril/ 2026

Universidade Federal da Paraíba

Campus IV – Centro de Ciências Aplicadas e Educação

Coordenação do Curso de Bacharelado em Antropologia

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

No dia catorze de abril de dois mil e vinte e seis, reuniu-se presencialmente na sala Arandu/Campus IV/UFPB, a COMISSÃO JULGADORA, composta pela Professora Luciana Maria Ribeiro de Oliveira, presidente da banca examinadora e pelas professoras Alessa Cristina Pereira de Souza e Júlia Maria Correia Paredes, como membros da banca examinadora, para avaliarem o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica **Joyce Samara Bizerril Pinto da Silva**, matrícula 20190139170, como requisito para conclusão do Curso de Bacharelado em Antropologia desta Universidade. O presente trabalho de conclusão de curso teve como título: **Relatos de Silêncios: um estudo etnográfico de relações abusivas e machistas no âmbito doméstico/familiar em Mamanguape - PB**, sendo orientada pela presidente da comissão. Após análise e deliberação foi atribuída a média final DEZ (10,0), estando a aluna considerada APROVADA.

POR SER VERDADE FIRMAMOS O PRESENTE

Luciana M. R. de Oliveira
Professora Orientadora

Membro da Comissão

Júlia Maria Paredes
Membro da Comissão

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586r Silva, Joyce Samara Bizerril Pinto da.
Relatos de silêncios um estudo etnográfico de relações abusivas e machistas no âmbito doméstico/familiar em Mamanguape - PB / Joyce Samara Bizerril Pinto da Silva. - Rio Tinto, 2026.
32 f. : il.

Orientação: Luciana Maria Ribeiro de Oliveira.
TCC (Graduação) - UFPB/CCAE.

1. Violência contra a mulher. 2. Silenciamento. 3. Controle social. I. Oliveira , Luciana Maria Ribeiro de. II. Título.

UFPB/CCAE CDU 39:343.6

Elaborado por DAVI DA SILVA NOVAES - CRB-1064/15

RELATOS DE SILÊNCIOS

Um estudo etnográfico de relações abusivas e machistas no âmbito doméstico/familiar em Mamanguape - PB

Resumo:

Neste trabalho trago uma reflexão etnográfica sobre a violência doméstica através do relato de vida de mulheres vítimas de violência na cidade de Mamanguape-PB. Os dados apresentados neste trabalho, foram coletados a partir de uma pesquisa etnográfica durante o ano de 2025 na cidade de Mamanguape-PB por meio da plataforma *google-forms* e entrevistas. O foco desta discussão é entender o papel das emoções como dispositivos de controle social e poder que produzem o silenciamento de mulheres nos relacionamentos conjugais. Proponho aqui também elevar a voz dessas mulheres e suas histórias que foram ocultadas e vividas em silêncio pelas sombras da cidade, reprimidas pela sociedade patriarcal. Este artigo analisa ainda as dinâmicas de poder que perpetuam a violência psicológica, moral, física e patrimonial, imergindo na Lei Maria da Penha, que nos permite configurar e entender os contextos de violência; e nas discussões históricas do patriarcado e machismo estrutural culturalmente enraizado, na cidade *locus* e no mundo.

Palavras Chaves: Violência contra a Mulher. Silenciamento. Controle Social.

ACCOUNTS OF SILENCE

An ethnographic study of abusive and sexist relationships within the domestic/family context in Mamanguape - PB

Abstract:

This work presents an ethnographic reflection on domestic violence through the life stories of women victims of violence in the city of Mamanguape, Paraíba, Brazil. The data presented in this work were collected from ethnographic research conducted during 2025 in Mamanguape, Paraíba, using the Google Forms platform and interviews. The focus of this discussion is to understand the role of emotions as devices of social control and power that produce the silencing of women in marital relationships. I also propose to raise the voices of these women and their stories, which have been hidden and lived in silence in the shadows of the city, repressed by patriarchal society. This article also analyzes the power dynamics that perpetuate psychological, moral, physical, and patrimonial violence, delving into the Maria da Penha Law, which allows us to configure and understand the contexts of violence, and into the historical discussions of patriarchy and structurally ingrained sexism, both in the city and in the world.

Keywords: Violence against Women. Silencing. Social Control.

SUMÁRIO

Prólogo. **8**
Fragmentos de Dor e Silêncio **8**
1. Introdução **14**
2. Entre o Sentir e o Calar **21**
3. Eu e o campo de pesquisa **27**
4. Considerações Finais **30**
Referências **32**

Prólogo.

Fragmentos de Dor e Silêncio

Em janeiro de 2026 revisitei um caso, o qual teve um desfecho judicial, ocorrido em fevereiro de 2021. Ao reler os autos do processo e relembrar das palavras de Ana, me envolvi em sentimentos de angústia, choro entalado e apreensão, daqueles que dão arrepios, a cada parágrafo que redigia as falas e intervenções do processo, eu sentia doer. Um caso de violência doméstica duplo dos mais perversos. Pude identificar, [1]violência vicária, estupro de vulnerável, humilhações, ameaças, violência física, moral, desrespeitos e tentativa de feminicídio. Duas mulheres tiveram parte de suas vidas dilaceradas pela crueldade masculina, sem direito a gritar por socorro, afastadas da sociedade por ameaças e controle social. Imersas na violência elas não conseguiam pedir ajuda, o cerco só se fechava, e o agressor tomava mais espaço.

Utilizando da ética na pesquisa, descreverei parte dessa história aqui neste prólogo citando as vítimas por nomes fictícios.

Maria e Ana, mãe e filha rendidas à violência de quem as deveria proteger e cuidar. O agressor era esposo de Maria e padrasto de Ana. Maria tinha quarenta e sete anos de idade e Ana, no início da relação de sua mãe com o agressor, era uma criança de nove anos. No início tudo eram flores, promessas de um futuro cheio de amor, bons tratamentos, o agressor parecia provedor. Mas, com o tempo, mostrou-se destruidor de vidas, de sociabilidade, de esperança e de saúde mental.

Em um momento oportuno Ana me conta, já adulta, que tudo chamava a atenção dele: "*o jeito que eu me vestia, meu jeito de olhar, de andar, de respirar, mas eu não entendia, não enxergava maldade e nem esperava o pior, eu era criança*". Ana conta que, enquanto ela crescia, ele acompanhava todos os seus passos e também os de sua mãe. Quem eram seus amigos; quais lugares elas gostavam de frequentar; como eram os relacionamentos com os primos e com os outros membros da família mais próxima. Tudo servia de estratégia para deter poder e controle sobre suas vidas. A primeira discussão entre Maria e o então conjugue foi entre

[1] Violência vicária, recentemente incorporada à Lei Maria da Penha, consiste em agressões físicas, psicológicas ou ameaças dirigidas a filhos, parentes ou pessoas próximas da mulher, com o objetivo de causar-lhe sofrimento ou exercer controle sobre ela. O termo "vicária" deriva da ideia de substituição: o agressor atinge terceiros para ferir indiretamente a vítima principal. Em 2026, a legislação brasileira passou a reconhecer essa prática como forma de violência doméstica e familiar, criando inclusive o crime de "vicaricídio", considerado hediondo, com pena de reclusão de 20 a 40 anos.

gritos, xingamentos e humilhações. O motivo eram as antigas relações de Maria, ele não aceitava não ser o primeiro homem dela, mas aceitava a filha que ela já tinha. Como não aceitar? Ela era desejável aos seus olhos. Mas do irmão de Ana ele não gostava, o irmão era sagaz, protetor, e esse era empecilho, apesar dele já não morar na mesma casa que Maria e Ana.

Lendo os autos do processo que tive acesso, conclui que no caso de Maria e de Ana, para a justiça não importava as emoções, mas sim, a comprovação dos fatos das acusações pois, ao que consta nos autos, Maria foi descredibilizada pela justiça, que ignorou as provas apresentadas por sua filha Ana de que Maria teria sofrido por aproximadamente, onze anos de violência doméstica. Maria sofreu o que identificamos como tentativa de feminicídio. Ela foi, por diversas vezes, violentada. O agressor sempre a tentava estrangular ou batia sua cabeça contra a parede com muita força. Diversas vezes as agressões aconteciam na presença de Ana, ainda quando criança. Sua intenção parecia ser de causar medo e coagir as duas. Coagir Maria para não o denunciar e Ana para o obedecer. E isso surtiu efeito durante muito tempo.

Foram aproximadamente onze anos de relacionamento e de violências. Maria e Ana tinham medo e não conseguiam pedir ajuda e se libertar do ciclo de violência, os vizinhos, por vezes, chegaram a chamar a polícia ao ouvir os gritos e choros de Maria e de Ana. Entre um grito e outro, era possível ouvir "*ele vai nos matar, meu deus para com isso*". A sirene soava, a polícia chegava e a cena se montava, era sempre ele dizendo "*vai lá e diz que tudo é mentira que não houve nada*". Maria falava e Ana confirmava, mesmo com a vontade de gritar ao mundo sua dor. Ana conta que cresceu em um lar violento, misógino e com uma perspectiva religiosa de que "*por amor tudo se suporta*", onde ele (o agressor) participante de sua educação a fez acreditar que mulher "*só servia para reproduzir*", que "*deveria ser submissa ao seu marido e que tudo deveria suportar*". As violências eram frequentes, Ana se sentia confusa, mas sempre ouvia de sua mãe, "*foi um surto, ele me prometeu que não vai fazer mais*" ou "*foi por causa da bebida, ele prometeu que não vai beber mais*", e ele sempre surtava, e ele sempre estava embriagado.

Na adolescência de Ana, sem que sua mãe desconfiasse, ele iniciou sua estratégia de assédio direcionado à ela. Ana foi proibida por ele de sair, de falar com amigos e familiares, de possuir redes sociais e de viver sua juventude, com a desculpa de que "*você vai se contaminar com esse mundo, as pessoas vão colocar coisas na sua cabeça*". Ele perseguia Ana na escola, na igreja e depois a trancafiou em casa. Os sinais da violência que as aprisionavam começaram

a ficar claros para Ana quando ele matou o cachorro de Ana na frente de sua mãe Maria, as duas eram muito apegadas ao bicho, a desculpa dele foi que "*vocês davam mais atenção a ele que a mim, me descontrolei, desculpa isso não vai acontecer mais*".

Em uma outra discussão ele levou Maria a um terreno baldio e tentou matá-la estrangulada e com diversos murros em sua cabeça. O terreno era às margens de uma BR por onde passavam conhecidos caminhando. Estes ouviram os gritos e logo correram, impedindo-o do assassinato. O irmão de Ana, sendo mais velho que ela, foi o primeiro a saber do fato e socorrer a mãe. Ana, ao saber da violência que a mãe havia sofrido, chorando, pediu ao irmão, "*tira esse monstro da nossa vida*", mas seu irmão nada pôde fazer, o agressor pediu desculpas e mais uma vez justificou que surtou, prometeu o mundo a Maria e a fez achar ter sido culpada e merecedora daquilo. Com o coração cheio de medo e culpa, Maria reatou o relacionamento e pediu que ele passasse um tempo longe, até a família o aceitar de volta.

Alguns meses longe, com ligações telefônicas constantes, ele reaparece, com um cachorrinho, dizendo estar mudado e "*querer reconquistar sua família*". Maria cede às suas promessas. Anos se passavam e as mesmas cenas voltam a acontecer: bate daqui ameaça dali, e o repertório sempre era o mesmo: "*isso não vai se repetir, eu vou mudar*". Não existia mais base de apoio, não existia quem ajudasse, já não se tinham mais amigos pois, com os anos, os vizinhos cansados não acionavam mais a polícia, perdurava só a rotina violenta dentro de casa. Na última vez em que os vizinhos acionaram a polícia ao ouvir os gritos, Maria e Ana viram a oportunidade da primeira tentativa de denúncia, a viatura da polícia militar chega e chama no portão, a mando do agressor Maria e Ana saem para falar com os policiais e sem que ele (o agressor) veja ou compreenda, elas pedem ajuda: "*por favor leva ele, ele é muito violento vai terminar nos matando*". O policial responde: "*as senhoras querem ir até a delegacia denunciar? Vai ser aberto a investigação para o pedido de prisão, mas é preciso que as senhoras me acompanhem*". Elas suspiram: "*até lá já morremos*". Ana, ao contar sobre esses momentos, afirma que as duas tiveram medo de que a denúncia e a demora do poder público em definir uma proteção para elas, desse espaço para que ele pudesse voltar para casa e, então, ser fatal.

Alguns anos se passaram e a rotina só piorou, a Covid-19 foi o marco central, de isolamento, tudo se tornava mais fácil ao agressor, Ana cresceu e aos 16 anos de idade os abusos sexuais começaram por mensagens eróticas, fotos de partes íntimas por aplicativo de *whatsapp*

com a legenda "*vou te foder todinha*" e mais "*você e seu corpo são meus*". Estas foram provas concretas anexadas nos autos do processo. Ana conta que ficou assustada e com medo, não mais andava sozinha pela casa ou se sentia à vontade. Sua suspeita foi confirmada, Ana era o real interesse dele. Durante o isolamento, o terror iniciou e, além das importunações sexuais, Ana sofreu ameaças de que ele poderia machucar ainda mais sua mãe Maria. Com tantas das chantagens ele (o agressor) rendeu Ana e consumou o ato sexual. Tirou a sua esperança da mocidade, de entregar-se por amor, foi rendida pela força, silenciada pela ameaça e usada pela depravação de um monstro.

O irmão de Ana, que era mais velho que ela (idade não mencionada), já era casado e não participava do dia a dia na casa da mãe. Aos finais de semana, nos almoços em família, vez ou outra, ele (o agressor) confrontava o irmão de Ana. Isso causava, cada vez mais medo e afastamento. Para evitar essas discussões e ainda mais violência, Maria decidiu por não receber o filho em casa com tanta frequência e isso os afastou. Nos autos do processo, seu irmão relata em defesa de Ana, que quando a via questionava "*o que foi isso roxo*" ela desconversava, não falava nem sim e nem não, nada falava sobre as marcas. Ele mencionou desconfiar, porque sabia quão violento era o esposo de sua mãe. O irmão de Ana também disse desconfiar dos abusos pela forma como o agressor tratava Ana: "*com muita posse e por deixar transparecer domínio e ciúmes excessivos sobre a vida de Ana*", mas ele (o irmão) nunca questionou de fato a irmã.

Em casa era um homem e três mulheres, um jovem alvo do abuso sexual, a posse em segredo, sua mãe na meia idade entre cinquenta e sessenta anos, a esposa a agredida, humilhada e traída, e uma idosa de aproximadamente 86 anos, desrespeitada, e agredida verbalmente, usada como isca para coagir mãe e filha. A idosa era tia de Maria e de Ana, que acolheu Maria no passado ao ser deixada sozinha por seu primeiro casamento com dois filhos e sem amparo financeiro. Ana conta que os dois anos de pandemia foram anos de horror, as pessoas chegavam a questionar ao vê-la com o agressor na rua, "*são um casal?*" e "*a filha está traindo a mãe dentro de casa?*". Na rua ele demonstrava amor por Ana para além dos pensamentos da sociedade, a intenção era exatamente fazer com que as pessoas acreditassem que havia um "*romance consentido*" para despistar qualquer dúvida do real acontecido: o estupro. Lá fora a má fama, dentro de casa as lágrimas, a dor, as ameaças, os sofrimentos que as pessoas não enxergavam. O rosto pedia socorro e as pessoas se faziam de cegas, "*mas eles se dão bem, ele*

é carinhoso com ela, eu mesma já vi" disse uma testemunha do caso, apegada às cenas construídas por ele para ter o apoio da sociedade na busca por sua inocência.

As madrugadas de Ana eram silenciosas aos vizinhos, mas na casa ecoavam dor e nojo, ele trancava a mãe em seu quarto e abusava a filha nos cômodos da casa, quando, onde e a hora que ele quisesse Essa era a ordem: "*abrir a porta do quarto para não haver consequências*". Por medo de que a mãe sofresse mais, Ana obedecia calada, ele a abusava sexualmente e ia embora, ela chorava e sentia nojo de si mesma, não tinha vaidade, pensava que sua vida terminaria daquela forma, se sentia culpada da vida violenta que ela e a mãe levavam.

Complicações ginecológicas surgiram. Sentir a dor de uma infecção vaginal foi, por um instante glorioso, pois os abusos cessavam, até que ele quis que doesse duas vezes mais ao lhe abusar doente e afirmando: "*você só vive nessa desculpa de estar doente, eu quero quando eu quiser mesmo que doa*". Essas falas não estão descritas nos autos, são relatos pessoais de Ana coletados por meio de uma entrevista que tive com ela, onde busquei entender melhor as informações. Fraca e cada vez mais sem expectativa de vida, ela conta que clamava à Deus em seu quarto.

Ana era proibida de usar o celular, pelo ciúme excessivo do agressor, que queria impedir qualquer tentativa de pedido de ajuda. Na porta de seu quarto – uma vez já arrombada por ele (o agressor) – tinha um enorme buraco próximo à fechadura, onde ele a vigiava todas as noites. Uma noite, Ana desobedeceu, fingiu dormir e cobriu-se inteira com o cobertor para poder usar o celular e falar com uma prima, ao espiar Ana pelo buraco, ele a viu acordada e fez com que abrisse a porta, questionando: "*você não deveria estar dormindo?*". Ana respondeu: "*eu só tô falando com minha prima*". Então, ele tomou o celular de sua mão e viu a conversa das duas, a prima estava a desabafar sobre um antigo relacionamento e a jovem a aconselhava. A interpretação dele foi que "*ela está arrumando macho pra você, amanhã ela vai ver, quero saber quem é esse cara*" ele gritou, coagindo Ana e deixando claro quem pagaria pelos seus "erros", Ana chorava e pedia, "*por favor deixa isso pra lá, eu faço o que você pedir*", ele descontente não quis acordo, com os gritos e choros de Ana, Maria acordou e questionou o motivo da discussão, ele inventou pretextos, a xingou e logo a envolveu na briga: "*vocês duas são duas vadias, vão se ver comigo amanhã*" levantou a mão e as esbofeteou.

No dia seguinte, não tendo cessado a briga, a mãe pede: "*filha, pede perdão pra ele, pra isso parar*". Ana, então, se ajoelha e implora pela vida e promete não mais usar o celular, ele

não diz nada e sai, horas depois volta armado de um machado e dizendo: "*foi a sua última vez mesmo*". Em fevereiro de 2021, o terror finalmente terminou, Maria e Ana foram vítimas de mais uma tentativa de feminicídio. Ele partiu para as agressões, entre gritos, pedidos de socorro e muitas lágrimas, a vizinhança entrou em alerta, então armado na frente de sua mãe Maria, tentou pela última vez abusar de Ana. Lutando pela vida a jovem gritou: "*mãe, socorro, eu preciso viver*". A mãe então correu, juntando forças para pedir por socorro. Ana era estrangulada por seu agressor, que rasgou sua roupa e por pouco não conseguiu a deixar inconsciente, Maria gritou na rua "*socorro, ele vai matar minha filha*", a vizinha interceptou uma viatura que passava na rua, "*ajuda, ajuda*". A polícia parou, a jovem estava quase desacordada quando ouviu o grito da sua salvação "*polícia, você está preso*" ele imediatamente corre para os fundos da casa, deixando tudo para trás e fugindo. A vizinha e prima da família, com lágrimas nos olhos, perguntou: "*por favor me responde, ele abusava de você?*" e então Ana confirmou que sim, a mãe chorou desesperadamente abraçada a sua filha, sua prima sem acreditar, chorou e disse "*eu ajudei a criar essa menina, esse homem é um monstro*". Ana se sentia suja, indigna e pedia perdão constante a sua mãe, como se fosse culpada daquilo. Mesmo como fugitivo, ele as procurou na frente da delegacia, como se para ter certeza, com uma passada rápida na porta, de fora gritou: "*vocês não precisavam disso, eu vou mudar*" e fugiu mais uma vez. A polícia o perseguiu e o prendeu.

Na DEAM (Delegacia Especializada da Mulher) onde Maria e Ana foram atendidas, os trâmites começaram finalmente a rolar no judiciário. O vexame social foi instantâneo, o caso saiu na rádio local da cidade e logo a vergonha de sair em público tomava conta das duas. No instante que teve seu celular devolvido pela polícia, que o utilizava para a apuração das provas, Ana teve acesso à mensagens de apoio, mas também as de julgamento e até áudios do "radialista" local comunicando à cidade "*do grande caso do momento*". Ana chorou e pensou que sua vida havia acabado: "*todos irão me julgar*". Amigos de Ana encaminhavam para ela prints de grupos onde circulavam suas fotos e, na legenda: "*a menina que foi estuprada é essa aqui*". O constrangimento social mais uma vez matou Ana por dentro, em silêncio, sem direito à defesa. As pessoas as julgavam Ana e Maria, baseadas pela fama de bom moço do agressor, enquanto proferiam humilhações e xingamentos às duas.

Nas mãos da justiça, o inquérito foi aberto e as vítimas ouvidas. Ana seguiu ao hospital para a realização do exame de corpo de delito que comprovou o estrangulamento, mas que não foi entendido como tentativa de feminicídio. Ana e Maria foram liberadas e dias depois Ana

convocada a fazer o exame que supostamente constataria o estupro. O exame vaginal foi feito e alegado que não havia comprovações médicas. Tudo se complicava. O ministério público protocolou a denúncia e apresentou as provas. A prisão era mantida até segunda ordem. Dias depois, o agressor faz uma ligação telefônica à Maria de dentro da penitenciária onde se encontrava preso, coagindo-a e se fazendo de vítima "*tô sofrendo Maria, me ajuda, me tira daqui*". Maria desesperada o faz confessar o crime por telefone: "*você sabe que fez mal a Ana não sabe?*" perguntou Maria; ele responde: "*eu sei, eu sei, eu peço perdão a ela, eu errei*". Ana grava a ligação – essa foi mais uma prova anexada aos autos do processo. Ana implora, "*mãe por favor não ouve ele*" e Maria fica confusa mais uma vez.

Dias depois durante uma audiência online, a surpresa para Ana, sua mãe se mantém em silêncio, afirmando apenas não saber o que estava acontecendo, que tudo não passava de coisas criadas pela cabeça da filha. Então, a juíza à frente do caso tornou "inútil" as alegações iniciais colocadas no depoimento prestado à delegada da DEAM (Delegacia Especializada da Mulher) onde Maria e Ana foram inicialmente atendidas. Por falta de provas suficientes, em razão do silêncio de Maria durante as perguntas na audiência. Dessa forma, o agressor não pôde ser julgado pelos anos de agressões à Maria, mas, foi sentenciado pelas alegações de agressão à Ana, foi enquadrado na Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) com acréscimo na pena por estupro contínuo de vulnerável.

Ana, na época do julgamento, só teve duas testemunhas a seu favor, enquanto o acusado teve cinco testemunhas a seu favor. O que, felizmente não foram suficientes e ele segue recluso até a atualidade. As vítimas sofrem resquícios dessas violências até os dias de hoje, com quadros depressivos e anulação de si próprias, onde ambas passaram e passam por processos de consultas psiquiátricas e acompanhamento psicológico.

Ao revisitar esse caso, refletimos então no quanto as ações e as emoções geradas e manipuladas por estratégia do agressor, descredibilizou em várias das cenas do caso os discursos das vítimas e as silenciou em suas vozes.

1. Introdução

Decidi trazer a discussão dessa temática após sofrer com algumas relações abusivas em diversas áreas da minha vida, sendo a principal delas a violência no âmbito doméstico/familiar. Estar presa a espaços e cargos em que pessoas tomam como posse em nossa vida, me obrigou a viver impasses e aceitar momentos de sujeições, no qual a cultura em que fui criada

normalizava a inferiorização e a submissão da mulher, sendo o medo o causador da negativa da denúncia. Compreendo que assim como fui presa ao tradicionalismo patriarcal do sistema familiar, muitas mulheres no mundo vivem ou viveram situações semelhantes ou até piores à minha, à de Ana e de Maria, sujeitadas às relações violentas de extremo abuso de poder, controle psicológico, dependência financeira e, em casos extremos, de violência física.

Em meio às paredes que abrigam lares, podem esconder-se histórias de dor, submissão e silêncio. A violência contra a mulher, muitas vezes descredibilizada aos olhos da sociedade, perpetua-se nos recantos familiares, corroendo a dignidade e a liberdade das mesmas. Neste trabalho fiz uma análise de casos reais relatados por meio da ferramenta de pesquisa *google-forms*, onde trabalhei com a coleta de dados que garantia o anonimato das vítimas e relatoras – as quais serão sempre referidas aqui por codinomes fictícios, não sendo reveladas suas identidades reais ou detalhes que a levem a isso.

Com uma proposta de uma reflexão antropológica e empírica a respeito das emoções que regem os casos de violência doméstica, bem como da cultura social em que tal prática é enraizada, trago para discursão a Lei Nº 11340 de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), criada para proteger mulheres vítimas de violência doméstica. Mas também, trago para o debate, o movimento feminista que contribuiu e contribui na luta contra o sexismo, o machismo e o patriarcado; e como uma participação indiscutível na influência da criação das leis e de projetos sociais de proteção à mulher.

Esta pesquisa tem como *lócus* de estudo a cidade de Mamanguape-PB, localizada no Vale do Mamanguape que abrange cerca de 9 municípios do Litoral Norte da Paraíba e que, segundo o censo de 2022 do IBGE, tem em sua população estimada em 44.599 mil habitantes. Uma cidade interiorana, mas bem desenvolvida economicamente. É relevante destacar que a cidade também sedia a DEAM (Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher) que atua nas diligências de todo o Vale, cuja cidade é o centro. A atuação desse órgão não será o alvo desta pesquisa, apenas revela o significativo envolvimento na análise dos dados apresentados durante o processo de estudo e escrita.

De acordo com Mirian Nascimento (2021) e Patrícia Barros (2021), em um levantamento de dados estatísticos da violência doméstica na cidade campo deste estudo, as autoras trazem a análise dos casos ocorridos no Vale-do-Mamanguape-PB, estabelecendo uma média de idade de mulheres entre 18 e 78 anos, que sofrem violências domésticas e que, na maioria dos casos, precisam de intervenção médica de urgência, sendo Mamanguape a cidade do Vale com maior incidência de casos.

Para fins de compreensão, a violência doméstica, de acordo com a Lei 11.340/2006 é aquela que ocorre dentro do ambiente familiar ou em relações íntimas. Ela não se limita a laços sanguíneos, mas também abrange uniões civis, como majoritariamente entre marido e esposa, se expandindo a parceiros íntimos, pais e filhos, irmãos e outros membros da família. O foco deste estudo é especificamente sobre homens e mulheres em relações conjugais e o poder exercido pelas emoções no controle social do silenciamento das mulheres por parte dos homens dentro dessas relações.

Na Antropologia contemporânea a violência doméstica é apresentada dentro das discussões de gênero e corpo, mas também ganha importantes análises dentro da Antropologia das Emoções – que será o norte teórico desta reflexão – permitindo a compreensão contraditória, em muitos casos, de como a violência doméstica é enxergada de múltiplas maneiras pela sociedade, o que faz entender os inúmeros casos silenciados e, aqui, trabalharei em cima desses casos específicos de silenciamento. A violência doméstica manifesta-se dentro dessas relações conjugais principalmente nas formas de violências psicológicas, morais, financeiras, vicárias e físicas.

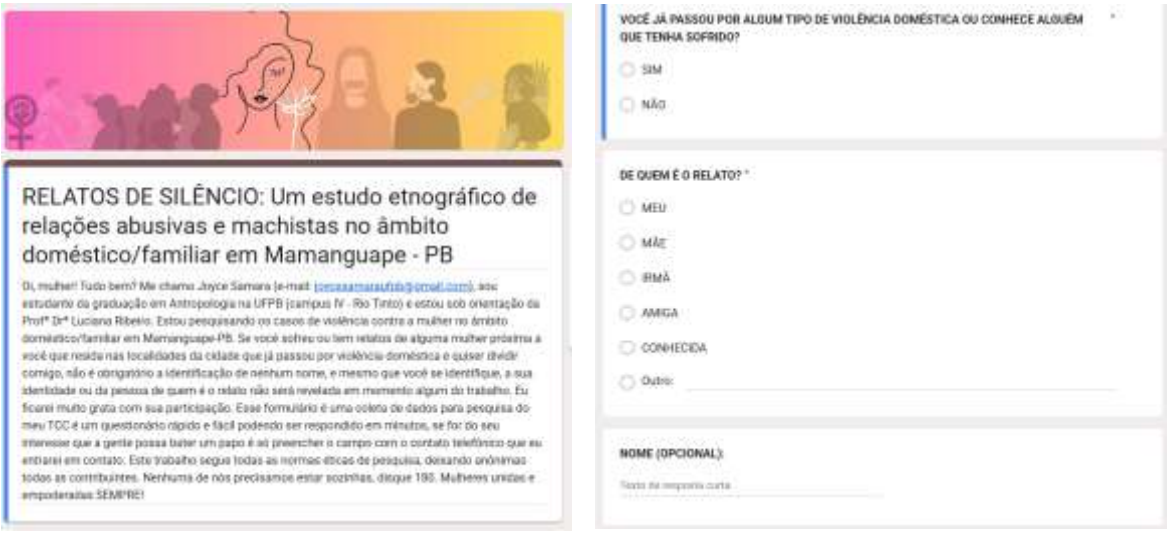
Segundo a Lei Nº 11340 de 07 de agosto de 2006, a violência psicológica remete-se a toda e qualquer ofensa que cause desconforto ao estado emocional da mulher e que subestime a sua conduta, como por exemplo: ameaças, chantagem, xingamentos, palavras humilhantes, ser forçada ao isolamento social, vigilância constante, dentre outras. A violência moral remete-se a qualquer forma de agressão à dignidade da mulher, por exemplo: calúnias e difamação. A violência patrimonial/financeira configura-se na retenção de bens e objetos com uso desautorizado, exemplo: documentos pessoais, bens, valores, direitos e recursos econômicos – uma das situações que mais prendem as mulheres em relacionamentos abusivos é a dependência financeira, que é o ato em que o agressor retém a vítima à dependência de sua provedoria para o lar e das necessidades básicas. Já a violência vicária, recentemente instituída com o Projeto de Lei 3880/2024, que visa alterar a Lei Maria da Penha (11.340/2006) para incluir a violência vicária como forma de violência doméstica, que ocorre quando o agressor usa filhos ou pessoas próximas para causar dano emocional à mulher.

Já prevendo que teria algumas dificuldades metodológicas na coleta de dados, pelo difícil acesso às interlocutoras vítimas de violência doméstica, propus uma alternativa de contato através de um formulário *online*. Porém, tive alguns impasses não previstos durante os trâmites da pesquisa, tal como as poucas e escassas respostas ao referido formulário, mesmo

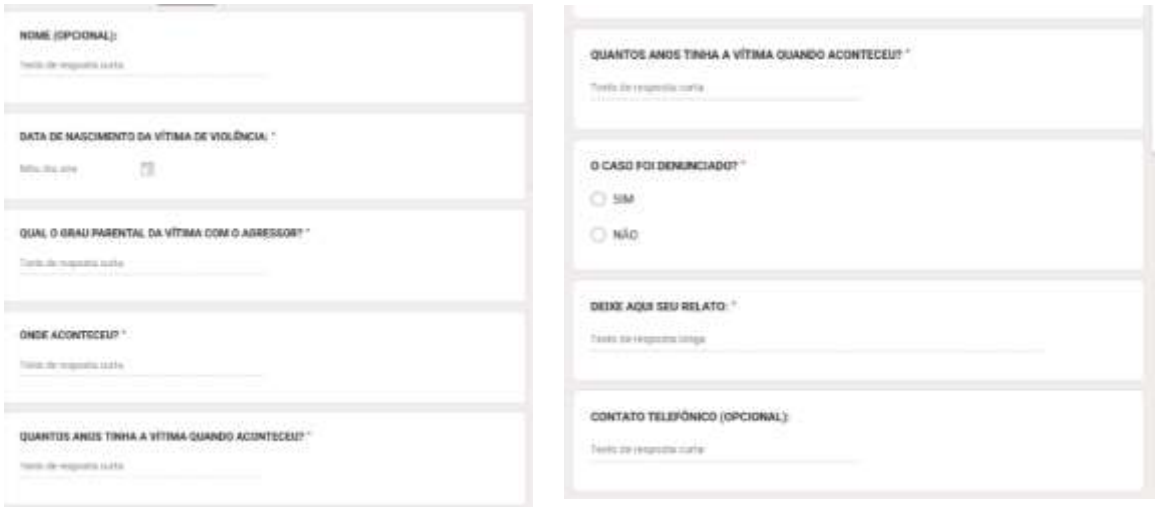
com uma boa divulgação da pesquisa e um alto alcance de visualização nas redes sociais. Não consegui com que o formulário tivesse muitas respostas e com informações suficientes, muito menos consegui que as mulheres quisessem se disponibilizar a uma entrevista presencialmente, em um contato mais direto e com uma escuta mais pessoal com a pesquisadora.

Utilizei a plataforma *google-forms* como método de coleta de dados para acessar algumas histórias e coletar informações sem ser invasiva, visando ser o método que identifiquei como mais viável para garantir o anonimato e não constranger as minhas interlocutoras diante da dificuldade das mesmas em falarem sobre o tema. Nesse processo de compreensão das dificuldades do meu estudo, elaborei um formulário com algumas perguntas, as que revelariam suas identidades (caso quisessem contato comigo para uma escuta mais ativa) deixei essa opção como não obrigatória – para causar conforto e segurança de que as informações não seriam vazadas, mas utilizadas de forma ética e sigilosa, assim como deixei claro no texto de apresentação incluso no formulário que o espaço para o nome de quem eu estava recebendo as informações e o contato eram de preenchimentos optativos.

Para nortear a pesquisa e coletar dados para fazer um balanceamento geral dos casos a serem analisados, utilizei perguntas tais como, quem sofreu a violência? – das alternativas: mãe, a amiga, a irmã, uma conhecida, ou relato pessoal – quanto anos tinha a vítima? Qual grau de parentesco da vítima com o agressor? onde aconteceu? quantos anos tinha a vítima na época? o caso foi denunciado? e um espaço para relatar como ocorreu o caso, uma forma de desabafo para a relatora, fizeram parte do formulário. A coleta obrigatória dessas informações serviu para nortear e identificar os tipos de violências sofridas pelas relatoras da história ou pelas mulheres em que a história estava sendo contada e ponderar a semelhança entre os casos, bem como também identificar algumas emoções nas falas, além de gerar uma base de dados de idade entre as vítimas e a localidade de mais frequência da prática da violência, nesse caso o lar, que é o foco desse estudo.



Capturas de tela do formulário online (*google-forms*) utilizado para coleta de dados criado pela autora, 2025.



Capturas de tela do formulário online (*google-forms*) utilizado para coleta de dados criado pela autora, 2025.

Os casos apresentados neste trabalho não tiveram um período de acompanhamento, foram coletados de forma anônima por meio da divulgação do formulário apresentado acima nas redes sociais, deixei também optativo a opção da disponibilidade de uma escuta mais detalhada, um método de entrevista reorganizado em forma de conversa, sem roteiro, apenas escuta, (além do preenchimento do formulário), onde foi possível ser realizado de forma presencial apenas com duas das relatoras. Tal situação reafirma o medo das vítimas de falar sobre o assunto e de tornar suas experiências públicas, mesmo que na coleta de dados do formulário tenha sido deixado claro a respeito da ética profissional desta pesquisa e de que não

seriam reveladas informações pessoais das mulheres colaboradoras que preferissem se manter no anonimato, colaborando apenas com as informações que visualizassem ser suficientes e/ou pertinentes. Sem contatos presenciais não consegui ir mais a fundo na maioria das histórias narradas nos formulários.

MÚLTIPLAS VOZES DA PESQUISA				
10 Respostas				
Nome (Fictício)	**Idade**	**Tipos de Violência sofrida**	**Quem relata?**	**Parentesco - Vítima x Agressor**
Jade	28 anos	Psicológica, Moral, Vicária, Financeira e Controle Social	A vítima	Marido
Antônia	68 anos	Psicológica, Financeira, Sexual e Moral	A filha	Marido
Esmeralda	26 anos	Moral e Psicológica	A vítima	Marido
Maria	40 anos	Psicológica, Moral e Física	A filha	Marido
Lúcia	26 anos	Física	Amiga	Marido
Vitória	23 anos	Física	Conhecida	Marido
Rubi	36 anos	Física	Amiga	Marido
Joana	25 anos	Física	A vítima	Marido
Simone	26 anos	Psicológica e Moral	A vítima	Marido
Ana	17 anos	Psicológica, Física, Vicária, sexual e Controle Social	Amiga	Padrasto

Esta tabela compõe todo o mapeamento de dados, todos os relatos coletados, dando voz e validando também os casos não analisados durante o corpo deste trabalho. Os dados apresentados e não discutidos ou analisados durante o trabalho não foram possíveis de estar presente na análise etnográfica de campo, pela ausência de informações precisas nos relatos que nortearia a discussão analítica, deste modo tornou-se necessário e ético não inserir informações em que eu não pudesse desenvolver o

É preciso destacar que os casos apresentados são, em sua maioria, relatos não denunciados e que não possuem um desfecho judicial de denúncia, ou ainda, que não tenham sido revelados a mim os desfechos finais das histórias. Em cumprimento do recorte e após a ponderação dos dados coletados, a pesquisa baseou-se nos casos silenciados, ou nos que as mulheres envolvidas não conseguiram buscar ajuda, ou ainda, nos que as vítimas obtiveram um desfecho judicial apenas muito tempo depois, destacando os sentidos de injustiça com relação ao tema deste estudo.

Assim a violência doméstica pôde ser analisada pelas lentes das emoções para refletirmos sobre as gramáticas emocionais que mobilizam os agressores e as vítimas e como a generalização dessas emoções constroem percepções de gênero. Esses dados são colocados na pesquisa de forma êmica, permitindo que o sentido de injustiça surja não de uma definição jurídica externa, mas dos sentimentos de dor, medo e frustração expressas tanto pelas mulheres vítimas quanto pelas mulheres relatoras (que não necessariamente eram vítimas, mas relatavam casos próximos). Dessa forma, a pesquisa expõe como as emoções funcionam como dispositivos de controle social, estruturando as relações de poder e perpetuando desigualdades de gênero.

Assim, este artigo segue a estrutura de dois tópicos principais. O primeiro, intitulado "Entre o sentir e o calar", apresento os dados coletados na pesquisa através das histórias de vida das relatoras, ou das mulheres de quem falam as relatoras e argumentarei uma reflexão de como os contextos sociais analisados pela Antropologia validam essas histórias. Uma observação a ser destacada é de que as histórias não foram todas narradas pelas próprias mulheres vítimas de violência. A pesquisa também inclui relatos de terceiras que contam as histórias de mulheres que possuem algum tipo de proximidade.

No tópico seguinte, "Eu e o campo de pesquisa", retomarei o prólogo apresentado no início deste trabalho e farei uma reflexão de como o campo me afetou diretamente em todas as suas singularidades, dos conflitos e dificuldades até onde me desmonto como pesquisadora e me insiro no campo como mulher, me colocando no lugar de outras mulheres, para entender e explicar os sentimentos de dor, medo e silêncio das mulheres vítimas de violência colaboradoras da minha pesquisa.

2. Entre o Sentir e o Calar

Silvia Federici (2017) contextualiza a inicialização da marginalização das mulheres, e a explosão do patriarcado e do machismo estrutural, em ascensão nos séculos XVI e XVII, com a caça às bruxas, contexto esse que antecede a discussão sobre relações abusivas. A inferiorização retratada pela autora remete ainda nos dias atuais às formas culturais e sociais com que a sociedade emprega e enxerga as mulheres, bem como a discussão dos corpos dóceis de Michel Foucault (1975) com a prática de posse e domínio dos homens para com as mulheres. A submissão pela sujeição aos dogmas religiosos gera uma imposição ao espaço doméstico, dociliza as mulheres e seus corpos, obrigando-as à viverem numa bolha abusiva e violenta que, na maioria dos casos, é perpetrada pelos conjugues que não aceitam a ascensão das mulheres e que inferiorizam as suas capacidades de inserção na sociedade, transformando as relações afetivas em abusos psicológicos, ocasionando dependências financeiras, violências físicas, morais e/ou vicárias.

A fase da caça às bruxas engrenou a guerra dos sexos, onde os homens obstinados pela supremacia masculina, em teor da comparação das mulheres libertas como bruxas escravas/submissas do diabo, alimentavam a teoria de que as mulheres acabariam com suas vidas e roubariam suas almas pelo estigma do prazer sexual. Podemos então trazer essa teoria aos dias atuais, onde práticas absurdas de retrair e aprisionar mulheres pelo sentimento de superioridade masculina, bem como a utilização do ciúme para mitigar práticas violentas. Federici (2017) argumenta que a caça às bruxas serviu para desmantelar formas de resistência feminina e consolidar um sistema patriarcal que subordinava as mulheres ao trabalho doméstico e reprodutivo.

> Para que as mulheres não arruinassem moralmente – ou, o que era mais importante, financeiramente – os homens, as sexualidades femininas tinham que ser exorcizadas. Isso se alcançava por meio da tortura, da morte na fogueira, assim como pelos interrogatórios meticulosos a que as bruxas foram submetidas, e que eram uma mistura de exorcismo sexual e estupro psicológico (Federici, 2017, p. 354).

Assim, constituíam-se as primeiras concepções e práticas violentas em massa contra as mulheres mediante conceitos sociais, morais, culturais e religiosos da época que, como vemos e vivenciamos, perpetuam até os dias atuais com desígnios bem semelhantes: a submissão das mulheres a seus maridos, determinando-os como donos de seus corpos e de suas vidas.

Jade - 28 anos (relato em primeira pessoa)

"Fui casada durante três anos e nove meses, com uma pessoa que já tinha sido casado e tinha duas filhas, eu não tinha filhos e nem tive com ele. Para muitos violência doméstica é só agressão, mas nunca ele levantou a mão para me bater, porém me agredia com palavras, onde dizia que eu não tinha casa que a casa era dele me mandava embora todos os dias, não era para eu estudar, trabalhar dizia que mulher que estuda ou trabalha quando tem as coisas traem os maridos, tinha que usar as roupas que ele queria, não podia ter dinheiro, não podia visitar família nem amigos sozinha porque ele queria saber o que conversámos e se não falasse ele dizia que era porque falou mal dele. Como ele tinha filhos mandava eu ter por que ele já tinha os deles. Me dava apelidos do tipo "santinha" para me humilhar, colocava as filhas dele contra mim dizendo a elas que eu não gostava delas."

O relato de Jade exemplifica o que podemos entender como uma prisão sem grades. A ausência de agressão física não indica a ausência de violência, mas sim uma ampliação dos mecanismos de controle. Através do isolamento, da desqualificação intelectual e da ameaça constante de desabrigo, o agressor estabelece uma relação de domínio baseada na manutenção da mulher em um estado de vulnerabilidade socioeconômica e emocional. Jade descreve uma dinâmica familiar marcada pela violência moral e patrimonial, na qual o cônjuge utilizava a propriedade do imóvel como instrumento de poder e manipulação emocional. Além de limitar sua privacidade e comunicação com terceiros, o agressor instrumentalizava as próprias filhas para desqualificar a companheira, utilizando apelidos irônicos e ataques à sua reputação para fragilizar seus vínculos afetivos.

Conforme aponta Saffioti (2015), o patriarcado opera através do controle dos meios de subsistência e da autonomia das mulheres. Ao impedir que a companheira estude ou trabalhe, o agressor — conforme visto no depoimento de Jade — busca evitar que a mulher adquira autonomia econômica e intelectual, mantendo-a em uma posição de subordinação e dependência que é fundamental para a preservação do poder masculino no âmbito doméstico.

Na modernidade, ainda identificamos traços do patriarcado na cultura atual e local da pesquisa, refletimos que a violência doméstica está intrinsecamente ligada às relações abusivas conjugais, e que as emoções podem tanto aprisionar como libertar as mulheres dessas relações. O medo acompanhado do silenciamento e dos julgamentos sociais justificam, em muitos casos, a permanência nessas relações, bem como o impulso da denúncia que pode libertar as mulheres por meio de medidas protetivas e processos judiciais.

As relações abusivas afetam as mulheres nas mais diversas vertentes da vida. Segundo Patrícia Souza (2006) e Marco da Ros (2006), a violência doméstica ultrapassa as barreiras das distinções sociais de raça, cor, classe social, etnia, religião, idade e grau de

escolaridade, afetando em massas as mulheres de todo o mundo ocasionando uma série de traumas psicológicos.

> A violência contra a mulher, mesmo atualmente, aparece ainda recoberta pelo manto da invisibilidade política, pela vergonha da denúncia, pela falta de acesso às informações jurídicas, pelo descaso das autoridades, pela ausência depolíticas públicas e pela pouca legitimidade social que muitas vezes, é-lhe atribuída (Souza, Ros, 2006. p. 523).

Antônia - 68 anos (relato de terceira pessoa)

"Durante toda a minha infância e adolescência vi meu pai, por inúmeras vezes agredir a minha mãe. Os motivos eram sempre os mesmos: a bebida, as mulheres que tinha fora e a falta de alimentos em casa… A agredia de dia e a abusava sexualmente a noite…da minha rede ouvia seus soluços e gemidos, que ainda ecoam em minha mente até a atualidade… se as paredes de nossa antiga casa falassem, sussurraria gemidos e dor, e transpirariam lágrimas ocultas e diárias de minha mãe. Meu pai teve 44 filhos registrados, 13 legítimos do casamento com minha mãe, ferreiro renomado na cidade, mas com um legado do qual não tenho boas lembranças e nem me orgulho, deixou em seus irmãos e irmãs a sensação de que pelo matrimônio tudo se suporta e que a moral é do homem, transmitindo a geração dos meus irmãos a mesma visão violenta de aprisionamento, sendo eu a única a repensar e sentir angustia ao lembrar de meu pai".

Aqui o casamento é interpretado pelas gerações anteriores não como um contrato de afeto, mas como um destino de submissão. A frase *"a moral é do homem"* sintetiza a hierarquia patriarcal onde o comportamento masculino (bebida e infidelidade) é tolerado, enquanto o corpo feminino é o receptáculo da dor e da servidão. O depoimento de Antônia revela a visão mais profunda do patriarcado estruturante, onde a violência doméstica é herdada como um código de conduta. Através de sua narrativa, percebe-se que o domicílio se torna um espaço de exceção onde a moralidade pública do agressor — o ferreiro renomado — não se aplica. A memória dos sons (gemidos e soluços) serve como evidência empírica de uma dominação que se estende do corpo físico ao psíquico, perpetuando-se através das gerações como um modelo de masculinidade baseado no poder e na posse. Saffioti (2015) menciona que a violência contra a mulher nas relações familiares é um mecanismo de manutenção do poder patriarcal que, muitas vezes, é legitimado pela ideologia do destino matrimonial. No relato de Antônia, observa-se que essa estrutura se sustenta pela naturalização do domínio masculino sobre o corpo e a vontade da mulher, criando um ciclo de reprodução social onde a violência passa a ser vista pelos descendentes como um componente intrínseco aos papéis de gênero.

A violência doméstica é enraizada culturalmente, sendo naturalizada pela sociedade e imposta a ser reproduzida de geração em geração. A Antropologia das Emoções destaca e valoriza os discursos das vítimas, entendendo que o ato de narrar a própria dor é também um processo de reconstrução emocional, credibilizando aquilo que os termos judiciais não consideram plausível dentro das acusações de violência doméstica incisiva na Lei Maria da Penha.

Maria Filomena Gregori, em Cenas e Queixas: Mulheres e Relações violentas (1993), traz a visão para a complexidade das relações violentas de gênero, abordando como mulheres lidam com a violência e suas implicações sociais e culturais. Gregori explora as nuances da violência nas relações conjugais, questionando interpretações simplistas que associam exclusivamente o papel de vítima às mulheres. Em um dos pontos centrais da discussão Gregori analisa como as mulheres narram suas experiências e como a violência é compreendida em diferentes contextos, destacando as dificuldades e ambivalências ao buscar ajuda. Ela argumenta que essas narrativas não podem ser interpretadas como meras queixas, mas sim como "cenas" que expressam aspectos profundos e ambíguos da realidade dessas relações. Muitas vezes, a violência não começa de forma física, mas sim através do controle e da diminuição da autoestima.

Esmeralda - 26 anos (relato em primeira pessoa)

"Foi uma violência verbal, xingamentos, me diminuindo como mulher, ofensas a minha conduta, moral, onde me trouxe gatilhos a uma ansiedade da qual convivo até hoje. Mas não esperei que ocorresse novamente, encerrei o relacionamento e não tive mais contato. Porém até hoje sinto medo dele aparecer, mesmo morando em outro estado, mas o medo fica."

O depoimento de Esmeralda, oferece um campo fértil para observar o que Gregori (1993) define como a diminuição da autoestima enquanto estratégia de dominação. Ao narrar que a violência foi verbal e voltada à sua "conduta" e "moral". Aqui, a violência opera como um mecanismo disciplinador, o agressor tenta definir quem Esmeralda é, reduzindo-a por meio do insulto. Gregori (1993), sobre as "nuances da violência", explica perfeitamente o fenômeno dos gatilhos e da ansiedade mencionados pela interlocutora. No relato, podemos observar que a distância geográfica (morar em outro estado) não é suficiente para encerrar a "cena" de violência na mente da vítima. O medo de que ele "apareça" revela que a violência psicológica possui uma temporalidade distendida, ela não termina quando o agressor sai de casa, ela permanece como uma sombra que altera o modo como a mulher habita o mundo. A decisão de Esmeralda de encerrar o relacionamento imediatamente mostra uma resistência ativa, mas a

permanência do medo confirma a tese de Gregori (1993) de que as implicações sociais e culturais da violência de gênero são profundas. As interpretações de Gregori (1993) ainda nos permite ver em Esmeralda não apenas uma vítima de agressão verbal, mas uma mulher que geriu uma crise de poder em sua vida privada, enfrentando as marcas de uma violência que, embora invisível aos olhos do direito penal tradicional (por não ser física), é totalizante em sua capacidade de gerar trauma.

Maria - 40 anos (relato de terceira pessoa)

"A vítima é a minha mãe e o agressor é o meu pai. Desde que tenho lembranças da infância, a relação sempre foi abusiva, claramente uma relação de poder. Minha mãe sempre foi independente financeiramente, mas isso não a resguardou de sofrer diversas violências vindas dele, considerando que eram casados e moravam na mesma casa. A violência psicológica era contínua e a ameaça de violência física estava implícita. O que ele praticava bastante era quebrar objetos dentro de casa, praticamente todos comprados pela minha mãe, e as plantas e jarros dela também, porque ele sabia que era algo que ela tinha muito apreço. Presenciei alguns episódios de violência física, entre empurrões e objetos atirados contra ela. Quando fiquei adolescente, meu irmão (também adolescente) e eu começamos a intervir, e talvez isso o tenha feito cessar (momentaneamente) a violência física propriamente dita, pois sempre envolvíamos também as pessoas da rua (os vizinhos/comunidade). Por exemplo, já houve episódio de eu precisar gritar na rua pedindo ajuda das pessoas. Inclusive, vale ressaltar que quando isso aconteceu, as pessoas que ajudaram foram mulheres conhecidas, que adentraram à nossa casa e foram diretamente a ele. Ele não tinha o hábito de enfrentar essas pessoas, então ele mudava a postura e dizia que estava havendo algum equívoco de compreensão minha/ da minha mãe, ou seja, dissimulava. A violência contra a mulher no ambiente doméstico resvala sobre todos da casa, no nosso caso, sobre mim e meu irmão, mesmo não sendo direcionadas diretamente a nós. A saída da minha mãe de casa se deu com a ameaça de morte que ele fez. Ela saiu, nós (os 2 filhos adolescentes) também saímos e aí houve a separação no judicial. Acho importante falar que minha mãe era professora, concursada, e apesar de todo o tempo que ela passou com ele (e aí existem várias hipóteses que podem ser levantadas pra isso, relacionadas à própria socialização masculina, o medo, o julgamento, a religião católica etc), sei que a questão de ter como se sustentar e sustentar aos seus filhos é um fator de grande importância pra que essa mulher tenha essa possibilidade de sair, quando desejar/precisar."

No depoimento de Maria, a violência doméstica é narrada a partir do olhar do testemunho — a filha que cresce sob a "moldura" do medo. Um dado empírico fundamental é a insuficiência da independência financeira como escudo protetor. Maria relata que sua mãe, professora concursada, era a mantenedora da casa, o que subverte a ideia de que a violência atinge apenas mulheres dependentes. Aqui, a agressão aos objetos (quebrar jarros e plantas) configura uma violência patrimonial e simbólica refinada: o agressor não destrói apenas bens, mas o "apreço" e a subjetividade da mulher materializada naqueles itens. Sob a análise de Gregori (1993), os episódios de gritos na rua e a intervenção das vizinhas constituem "cenas" onde o conflito privado transborda para o espaço público. A reação do pai — a dissimulação

diante de outras mulheres da comunidade — revela que a violência é uma estratégia de poder calculada, e não um "descontrole" emocional.

Ao olhar para os relatos de Jade, Esmeralda, Maria e Antônia sob a lente da Antropologia das Emoções, deixamos de ver o "sentir" como algo puramente biológico ou individual e passamos a compreendê-lo como um fato social e cultural. A análise dos relatos revela que as emoções descritas pelas entrevistadas não são apenas reações psicológicas, mas "linguagens de resistência" e "marcas de poder" inscritas nos corpos femininos.

Em uma análise dos relatos, pude identificar uma série de emoções: o medo, a vergonha pela honra, a memória traumática e a humilhação que percorrem nos quatro fragmentos dos dados coletados, sendo o medo a emoção central que unifica os discursos das emoções sentidas pelas relatoras. Para a antropologia, o medo não é apenas um susto, mas uma moldura que organiza o tempo e o espaço da vítima. De acordo com Das (2007), a violência não deve ser vista apenas como um evento catastrófico que interrompe a vida, mas como algo que se infiltra no cotidiano, exigindo que a vítima habite um mundo permanentemente alterado pelo trauma. No relato de Esmeralda, o medo sobrevive à distância física e temporal ("mesmo morando em outro estado"). Isso demonstra que a violência emocional cria uma geografia do medo. A emoção aqui funciona como um mecanismo de vigilância invisível que o agressor instala na subjetividade da mulher. No relato da filha de Maria, o medo é "implícito". A quebra de objetos e plantas (bens de apreço) é uma forma de comunicação não-verbal que mantém o medo em estado de alerta constante, uma pedagogia do terror doméstico. No relato feito pela filha de Antônia, a casa não é apenas um abrigo, mas um cenário de terror sensorial ("*se as paredes falassem, sussurrariam gemidos*"). O medo aqui não é um evento, mas um estado de permanência que ecoa através das décadas. São muitas as semelhanças que podem ser analisadas de forma qualitativa e comparativa, por exemplo, assim como o pai de Maria dissimulava diante das vizinhas, o pai de Antônia mantinha uma imagem de provedor e trabalhador para a cidade, enquanto exercia a violência sexual e física no privado. A "moral do homem" citada por Antônia é o que Catherine Lutz (1988) identifica como a política das emoções: o direito masculino à raiva e ao domínio sexual como prerrogativa de gênero.

No relato de Jade, o controle sobre o estudo, o trabalho e as roupas baseiam-se na construção social de que a liberdade feminina é uma ameaça à moralidade do lar. Os apelidos irônicos ("santinha") servem para produzir uma humilhação pública/privada que desidrata a identidade da mulher. A emoção da vergonha é usada como uma "coleira social" para impedir a autonomia.

> As emoções não são estados psicológicos internos, mas são interpretadas como práticas sociais que adquirem sentido dentro de um sistema cultural de valores e relações de poder (Rosaldo, 1984, p. 143).

Os relatos de Jade e Esmeralda mostram que a violência emocional é, muitas vezes, mais difícil de nomear do que a física, pois ela se camufla em normas culturais de "proteção" e "zelo". Podemos também identificar através dos relatos a contrariedade que são submetidas as emoções, quando lemos que Esmeralda e Jade demonstram uma fragilidade em um medo perpétuo mesmo após o fim do relacionamento e a distância, enquanto Maria utiliza da independência financeira como impulso de coragem para desvincular-se do relacionamento, interpretando como suporte material para transformar as emoções, o medo que paralisa em ação/saída. Abu-Lughod (2013) argumenta que as emoções são pontos de intersecção entre o poder e a subjetividade. Segundo a autora, as formas de expressão emocional das mulheres podem ser lidas como "discursos de resistência" que desafiam as hierarquias impostas no ambiente doméstico.

A análise transversal dos relatos de Jade, Antônia, Esmeralda e Maria revela que a violência doméstica não é um evento ou episódio isolado, mas uma configuração contínua e culturalmente enraizada que se manifesta em múltiplas linguagens: da agressão física e sexual noturna à destruição simbólica de objetos e a limitação da autonomia intelectual. Portanto, independentemente da classe social ou autonomia financeira, a violência de gênero busca a aniquilação da alteridade feminina, deixando marcas que reorganizam o tempo e o espaço das vítimas e de seus descendentes, reafirmando a necessidade de políticas públicas que compreendam a violência em sua totalidade.

3. Eu e o campo de pesquisa

Neste tópico retomarei o prólogo que abre este trabalho, e definirei em primeira pessoa como a pesquisa e o campo me afetaram como pesquisadora. Também me debruçarei sobre os detalhes de toda a trajetória, conflitos e dificuldades enfrentadas por mim enquanto pesquisadora para imergir no campo e conseguir coletar os dados apresentados, como também definirei o que foi para mim dar voz a história de Maria e Ana sua filha (ambas aqui tratadas por codinomes fictícios).

Iniciei este trabalho com uma história de duas mulheres, mãe e filha, Maria e Ana, e o intitulei por “Prólogo”, esta abertura foi essencial e proposital para inteirar ao leitor deste trabalho de que trabalharia o artigo apresentando dor, injustiças, medo e uma multiplicidade de

emoções e singularidades envoltas na situação de violência doméstica. Sentimentos esses que, na maioria de casos não recebem a devida ajuda e providências cabíveis por não gerar provas concretas e palpáveis, levando à descredibilização da vítima. O prólogo conta uma história que foi ouvida, julgada e sentenciada anos depois, dando espaço ao debate e à apresentação de outras igualmente histórias silenciadas, guardadas e vividas nas sombras da cidade.

Este trabalho já tinha sido definido o tema desde 2019, ano em que entrei para esta instituição de ensino (UFPB). Entrei no curso na expectativa de que, através da Antropologia, seria possível estudar um pouco mais sobre a temática e compreender os contextos sociais que muitas das vezes aprisionam mulheres em relacionamentos abusivos, além de entender, pelo fazer ciência, como a sociedade enxerga e rotula nós mulheres. Com o passar dos períodos e anos de curso pude ter acesso a alguns teóricos que explicavam indiretamente como ocorria a posse e o controle social das mulheres, como Michel Foucault com a teoria dos corpos dóceis, que também fez parte do referencial teórico dessa pesquisa. Foi somente no ano de 2024 que matriculada na disciplina de Estágio I pude ter apoio da professora Luciana Ribeiro, minha orientadora, e da professora Alessa Cristina (professora que me acompanhou durante todos os estágios e também durante os processos desta pesquisa) para que eu tivesse noção de trabalho de campo, ética de pesquisa, além de amparo teórico para entender os dados que eu coletaria.

No final de 2024, entre tantos empecilhos e dificuldades de chegar até as interlocutoras, pela sensibilidade do assunto e com a preocupação de não ser invasiva, eu e a professora Luciana Ribeiro chegamos juntas à conclusão de que a coleta de dados poderia se iniciar através de um formulário na plataforma digital *google-forms*, garantindo a não coleta de nenhum dado pessoal das interlocutoras, a menos que elas quisessem ser ouvidas por mim pessoalmente, conforme foi explicado no processo metodológico na introdução deste artigo. Nesse processo de estudo e pesquisa, tive conflitos comigo mesma, o medo de ser invasiva, de não conseguir passar segurança e de não ser aceita pelo campo para a coleta de dados e, claro, destaco que eu só pude fazer a pesquisa e coletar esses dados porque fui aceita pelas interlocutoras que concordaram em compartilhar comigo (de forma escrita no formulário ou em encontros presenciais) situações sensíveis e dolorosas de relembrar sobre suas vidas. E, mesmo que a maioria delas tenham compartilhado sem identificação pessoal pelo formulário, sem contato direto comigo, elas contribuíram muito para esta pesquisa.

No início de 2025 imergi definitivamente no campo de pesquisa, publiquei o formulário, divulguei em grupos e redes sociais, tive ajuda de páginas do Instagram

direcionadas ao público da cidade lócus desta pesquisa que trabalham com a conscientização contra a violência doméstica, criando conteúdos de apoio e informações imergidas na Lei Maria da Penha. Pouco a pouco as mulheres foram respondendo o questionário e eu fui acompanhando, dentre os dados utilizados na pesquisa e os que não foram possíveis de utilizar por falta de informações suficientes, o formulário teve 11 respostas, durante quase 10 meses de divulgação. Compreendo que a vergonha e o medo das mulheres possivelmente foram os causadores do impedimento de uma coleta de dados com mais participações ou com mais informações. E essa foi uma das minhas principais dificuldades. Tive desânimo, vontade de desistir e a quase certeza de que não concluiria a pesquisa por falta de dados.

A história de Maria e Ana narrada no prólogo que abre este artigo é retratada por fragmentos de memória de Ana e informações pelo acesso aos autos do processo surgiu, posterior à minha coleta de dados via formulário. Eu já tinha conhecimento das interlocutoras (Maria e Ana), pois acompanhei pessoalmente cada fase daquela história como amiga mas, somente depois do andamento da pesquisa, comentando sobre a minha desmotivação e a falta de dados de forma informal, Ana a minha interlocutora principal – a qual eu conto a história através de sua versão – me pediu para contribuir com a pesquisa. Decidi retratá-la em sua versão, me apegando também aos autos do processo que ela me cedeu para evitar que revivesse profundamente todos os momentos de dor e angústia.

Ao retratar as histórias, em especial a de Maria e Ana, imergi profundamente deixando minha mente visualizar e sentir a dor de cada cena relatada. Não posso negar que por meus olhos correram lágrimas, senti a dor, a angústia e a revolta expressa naqueles relatos e me deixei sentir alguns dos sentimentos de vergonha e medo dessas mulheres, me colocando no lugar delas. Ao assumir o papel e a responsabilidade de elevar a voz dessas mulheres, como mulher também me senti agredida, machucada e desvalorizada pela hostilidade da sociedade que retrata com tanta firmeza os traços do patriarcado e do machismo culturalmente enraizados, que constantemente mata, oprime e agride mulheres no Brasil e no mundo.

Relatar a história de Maria e Ana para mim teve uma significância especial durante a escrita deste trabalho, foi relatando num texto a parte a ser sempre moldurado que consegui enxergar com outros olhos e outros significados o que é etnografar, foi nesse processo que destravei a escrita e pude compreender o meu papel como pesquisadora, como porta voz e principalmente como antropóloga. Foi depois da escrita desse prólogo, desse texto, que

consegui dar desenvoltura ao restante dos dados coletados nessa pesquisa e, por fim, validar e elevar todas as vozes silenciadas que aqui estiveram presentes junto comigo contribuindo para esta pesquisa.

Portanto, conforme justificado na introdução deste trabalho, a minha iniciativa de estudo se deu também ter passado por experiências tóxicas e agressivas em alguns relacionamentos da minha vida pessoal e, por este fator, pude ainda mais me desmontar como pesquisadora e estar imersa na minha pesquisa buscando validar as minhas experiências, entender e elevar a voz de mulheres silenciadas pela misoginia. Ser mulher, pesquisadora e ter a oportunidade de elevar as vozes dessas mulheres me fez também repensar e reanalisar os espaços que ocupo e os cargos que delego às pessoas em minha vida, refletindo também em como as minhas emoções moldam hoje as minhas relações e o meu modo de vida, assim como essas mulheres precisam, todos os dias, recalcular rotas para poder "habitar" uma vida com traumas..

4. Considerações Finais

Ao concluir este artigo, que se propôs a ser muito mais do que um trabalho de conclusão de curso, mas e principalmente, uma reflexão das profundas e muitas vezes estagnadas emoções do silenciamento, percebo que os "Relatos de Silêncios" aqui reunidos compõem um conjunto de dores das experiências de violências de mulheres em Mamanguape-PB. Esta pesquisa não foi apenas sobre a violência em si, mas sobre as singularidades "invisíveis" que a mantêm: as gramáticas emocionais que transformam o medo em norma de controle e "cuidado".

A metodologia que utilizei - centrada em uma etnografia que utilizou tanto o ambiente digital através do *Google Forms*, como a realização de entrevistas/conversas/escutas presenciais - demonstrou ser um caminho necessário, embora desafiador, tornando-se o espelho da dificuldade que é denunciar o abuso. O uso do formulário anônimo funcionou como um refúgio para as vozes que, de outra forma, poderiam permanecer ocultas pelo medo e pelo estigma social. No entanto, a baixa adesão às entrevistas presenciais e o silêncio que ainda ecoa em muitos campos em branco do formulário confirmam a tese central desta pesquisa: o medo é um dispositivo de controle eficaz que imobiliza a vítima e dificulta a ação de redes de apoio. As lacunas deixadas nos formulários não foram falhas da pesquisa, mas evidências concretas do "cerco" que descrevi no prólogo: o medo de que a palavra dita se transforme em sentença de morte ou em vergonha social.

Os dados coletados e as análises realizadas permitiram identificar que as gramáticas emocionais, tais como o ciúme excessivo e a imposição da submissão religiosa — onde "*o amor tudo suporta*" — são ferramentas utilizadas por agressores para isolar as mulheres e deslegitimar suas dores. Casos como o de "Ana" e "Maria", revisitados através de autos processuais e relatos pessoais, ilustram como a justiça, por vezes, falha ao buscar apenas a materialidade dos fatos, ignorando as nuances emocionais, psicológicas e as dinâmicas de poder que forçam a vítima ao silêncio durante o próprio processo jurídico.

As discussões apresentadas em que menciono Silvia Federici (2017) e Lila Abu-Lughod (2013), permitiram-me conectar a realidade local da cidade *locus* do estudo a um processo histórico global de domesticação dos corpos femininos. Pude concluir a observação de que a marginalização da mulher e a domesticação de seus corpos não são fenômenos novos, mas heranças de um sistema que ainda hoje enxerga o feminino como propriedade. Em Mamanguape/PB, essa realidade manifesta-se no cotidiano das sombras da cidade, onde a violência psicológica, moral e patrimonial, muitas vezes, precede a agressão física, criando uma dependência que aprisiona, onde tantas histórias ainda permanecem ocultas, são alimentadas por um machismo estrutural que se disfarça de tradição e proteção.

Concluo que o papel da Antropologia das Emoções neste estudo foi fundamental para dar sentido à injustiça que não se escreve em códigos penais, mas que se sente na pele e no isolamento. Esta pesquisa não esgota o tema, mas contribui para elevar as vozes dessas mulheres, transformando os silêncios impostos em narrativas de resistências.

Encerrar este trabalho é, para mim, um ato de resistência pessoal e coletiva. Colocar-me no campo como pesquisadora e mulher permitiu que a injustiça não fosse apenas um conceito, mas um sentimento compartilhado. Desejo que esta pesquisa sirva de contribuição teórica para a discussão necessária e urgente da garantia de segurança e de valorização de nós mulheres em todos os espaços que ocupemos. E que a academia seja o fator inicial da produção de ciência e saber que eleve as vozes que o patriarcado tentou e tenta calar, para que a dor de "Anas" e "Marias" não seja em vão, mas semente de mudança social.

Referências

ABU-LUGHOD, Lila. ***A escrita dos mundos femininos: histórias de beduínas*.** Tradução de Heloísa Buarque de Hollanda et al. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.

DAS, Veena. **Vida e palavras**: a violência e a descida ao ordinário. Tradução de Bruno Reinhardt. Florianópolis: Editora da UFSC, 2020.

FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo, e acumulação primitiva.** São Paulo. Elefante. p. 336 – 345. Julho de 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e Queixas: Mulheres e Relações violentas.** Programa de Bolsas de Formação de Pesquisadores Cebrasp – vitae. Nº 23. p 163 – 175. Março de 1989.

LUTZ, Catherine A. Unnatural Emotions: Everyday Sentiments on a Micronesian Atoll and Their Challenge to Western Theory. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

NASCIMENTO, MIRIAN SILVA; BARROS, PATRICIA SILVA NASCIMENTO. **Violência contra a mulher: uma análise temporal e descritiva nas cidades do Vale de Mamanguape e Rio Tinto – PB.** Brazilian Journal of Development. Curitiba. v.7, n.7. julho de 2021. Disponível em <file:///F:/Violencia_contra_a_mulher_uma_analise_temporal_e_d.pdf> acessado em 08 de outubro de 2024.

ROSALDO, Michelle Z. **Por uma antropologia do self e do sentimento.** In: REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia (org.). ***Antropologia das Emoções*.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010. p. 43-71.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SOUZA, Patrícia Alves. ROS, Marco Aurélio. **Os motivos que mantêm as mulheres vítimas de violência no relacionamento violento.** Revista de Ciências Humanas. Florianópolis. Nº 40. p 509 – 527. Outubro de 2006.